

Opinião – Cartas ao Director

Editor:
Ana Jacinta Soares

EM DEFESA DO RIGOR NA INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA DA MATEMÁTICA — A PROPÓSITO DAS “REFLEXÕES” DE LUÍS SARAIVA SOBRE O LIVRO “MATEMÁTICA EM PORTUGAL – UMA QUESTÃO DE EDUCAÇÃO”

Jorge Buescu

CMAF, Universidade de Lisboa
e-mail: jbuescu@ptmat.fc.ul.pt

Resumo: Em [1] Luís Saraiva elabora um texto crítico sobre o meu livro “Matemática em Portugal – uma questão de Educação” [2]. Sucede, porém, que o referido texto está semeado de incongruências, de contradições internas, e até de extrapolações com desconhecimento de causa que não posso deixar de refutar – o que farei nas páginas que se seguem, agradecendo a oportunidade que para tal me é concedida pelos Editores do Boletim da SPM.

1 Que livro é este?

A pergunta é formulada por Saraiva na página 186 de [1]. Estranha pergunta, uma vez que ele próprio lhe dera já resposta na página anterior. O que, em rigor, não seria sequer necessário, pois ela não poderia estar mais visível: na capa, na contracapa e no frontispício do livro. Trata-se de um ensaio, o volume 27 da bem conhecida colecção da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Esta colecção, de autores prestigiados e temas alargados, destina-se ao grande público.

O ensaio é um género literário de reflexão em que são expostas ideias de uma maneira flexível e informal, com cunho pessoal, não constituindo um tratado de investigação académica. Em particular, caracterizam o género ensaístico a ausência de notas de rodapé e de uma “Bibliografia” própria daquela. Afirmo Saraiva na sua nota de rodapé 2, a propósito de uma suposta ausência de Bibliografia, que “o autor tem consciência desta fraqueza e apenas intitula a Bibliografia ‘Para saber mais’”. Esta observação é reveladora: Saraiva desconhece as características do género ensaístico. Se este facto ajuda a compreender a existência da sua pergunta, não a justifica. Afinal, bastar-lhe-ia ter-se dado ao trabalho de consultar alguns dos 26 volumes anteriores para ter verificado que os ensaios, ou simplesmente não têm qualquer citação ou, como este, citam um pequeno número de trabalhos numa secção intitulada, por norma de estilo editorial, “Para saber mais”, com o objectivo de permitir ao leigo interessado aprofundar tópicos pontuais.

2 “Não basta conversarmos com alguns historiadores”.

Ao longo do seu texto, Saraiva deixa acusações explícitas de ligeireza de procedimento e de interpretação: “quase nunca se diz em que fontes o autor se baseia”, “não basta conversarmos com alguns historiadores”, “o autor dá todos os indícios (...) de ignorar muito do que se escreveu sobre a história da Matemática portuguesa”, “não se percebendo o que ou quem (...) influenciou o autor”, “falta de documentação... deficiente argumentação histórica”, “o autor não compreendeu (...) a obra de Gomes Teixeira (muito possivelmente por não conhecer as obras dos autores que o precederam)”.

Acusações muito sérias, realizadas contudo com incompreensível levianidade. Saraiva não sabe nem poderia saber qual o material na génese desta obra, porque nunca se deu ao trabalho de o tentar indagar. Este facto leva-o a conclusões infundamentadas e, mais do que isso, falsas. Afirmo por exemplo Saraiva na nota de rodapé 4 “como pequeno apontamento, mas que me parece revelador” o facto o autor desconhecer o elogio a Pedro José da Cunha por Vicente Gonçalves. Este apontamento é revelador, isso sim, de quão desconcertantemente tendenciosa e paternalista é a argumentação de Saraiva. Tal texto não me poderia ser estranho, uma vez que está publicado numa antologia da própria SPM [3] — obra em que se encontra, de resto, reimpresso o tratado de Garção Stockler, um dos que Saraiva sugere “muito possivelmente” ser-me desconhecido. A secção “Para saber mais” engloba uma dezena de obras de natureza muito diversa, pensadas como sugestão de

leitura para o grande público — de dois catálogos de exposições a uma fotobiografia de Aniceto Monteiro, passando pelo texto de referência de Rómulo de Carvalho [4]. Esperar encontrar nesta secção uma Bibliografia académica é descabido e excêntrico. Sugerir que o ensaio foi escrito com base nela é já ofensivo.

Como pode ter Saraiva a veleidade de julgar saber qual o material que, ao longo dos anos, foi dando origem à elaboração das ideias expostas neste ensaio? Ou de ajuizar que o autor “não compreendeu” esta ou aquela obras — ao contrário, depreende-se, de si próprio? Ou de afirmar que “muito possivelmente” desconhece outras? Ou que “bastou” ao autor “conversar com historiadores”? A displicência com que faz estas afirmações *ad hominem* é incompreensível, sendo ainda incompatível com a imagem de rigor que no título do seu artigo sugere defender.

3 A tese central

Em relação ao conteúdo do ensaio, cito textualmente a página 21 de [2]:

E chegamos finalmente à tese central deste ensaio. Não há dúvidas de que Portugal é um país historicamente irrelevante do ponto de vista científico. Na Matemática é mesmo, com duas ou três excepções, invisível. Na minha opinião, esta invisibilidade não tem as razões invocadas pela “narrativa convencional”, que funciona como mito desculpabilizador e catártico. Deve-se, sim, à permanente mediocridade histórica do ensino das ciências em Portugal em comparação com os países europeus desenvolvidos.

Afirma Saraiva que “esta tese não é nova e, com possíveis variantes, é defendida há muito pela maioria dos matemáticos portugueses”. É claro que esta tese não surge do vazio. Para quem conhece bem o desenvolvimento da Matemática em Portugal e no mundo e sobre ele reflectiu, torna-se quase uma evidência. Vem a propósito recordar, por exemplo, que já há oito décadas António Aniceto Monteiro a afirmava¹. Esse facto não me parece ser

¹“O Sr. Doutor sabe muito bem de que tamanho são as cabeças que desempenham um papel preponderante aqui em França na Política. Não são analfabetos! Painlevé, Borel, Henriot, etc. Porque é que não acontece o mesmo em Portugal? Porque é que não há homens? Porque é que em lugar de cabeças, temos caixas com miolos que abundam também nas sepulturas e nos talhos? Porquê? Porque o ensino só é acessível a uma burguesia estafada, cretina e chocha. Aqui, em França, de duas em duas gerações é a gente dos campos (fonte inesgotável de génio e de saúde) que fornece o maior contingente

motivo de desvalorização da tese. Bem pelo contrário: se é aparentemente consensual entre os profissionais, deve ser divulgada pelo público em geral.

Aquilo que é singular neste ensaio é que se trata da primeira obra publicada em que esta tese é fundamentada e sustentada por um matemático profissional, desconstruindo pelo caminho quer triunfalismos imaginários quer fatalismos sem fundamento.

4 Questões de análise da História da Matemática

Não me deterei em questões marginais referidas por Saraiva, como o mito da Escola de Sagres, a figura de Pedro José da Cunha, ou a irrelevância do Colégio dos Nobres. Todas estas, embora interessantes, são secundárias e desviam a atenção da tese central. Uma vez que Saraiva se centra em três questões históricas, justifica-se dedicar-lhes a devida atenção.

4.1 Sobre a Companhia de Jesus

Saraiva recomenda – e muito bem – a leitura dos estudos de Ugo Baldini, um dos grandes especialistas em história da ciência jesuíta (embora omita na bibliografia que os mesmos são publicados em Actas de Conferências editadas por si próprio — lapso particularmente infeliz em quem tão exigente é em matéria de referências académicas). É uma excelente recomendação; mas como esta haveria muitas outras. É importante estudar os trabalhos já antigos, mas ainda actuais, sobre a actividade científica dos jesuítas portugueses, de Francisco Rodrigues, Domingos Maurício e João Pereira Gomes, pertencentes à Companhia de Jesus. E também muitos outros, mais recentes, de não-jesuítas conviria recomendar: Luís de Albuquerque (estudos pioneiros sobre a Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão; papel crucial da Aula da Esfera no ensino de náutica em Portugal); Rómulo de Carvalho (actividades astronómicas dos jesuítas portugueses e suas conexões internacionais (publicações nas *Philosophical Transactions*, etc.)), W. G. L. Randles (impacto europeu das ideias astronómicas dos jesuítas portugueses); William Wallace (o título de um dos seus trabalhos diz tudo: *The Iberian roots of Galileo's science*); Resina Rodrigues (a física de Inácio Monteiro); Ana Isabel Rosendo (a obra matemática de Inácio Monteiro), Luís Miguel Carolino (sobre João

à elite francesa. Ensino gratuito, ensino obrigatório! Aqui está a razão por que nós não temos matemáticos, não temos físicos, não temos químicos, não temos nada!". António Aniceto Monteiro, carta a L. Simões Raposo, então Presidente da Junta de Educação Nacional, 1932 (apud, Augusto J. S. Fitas [1]).

Delgado, Cristóvão Borri, astronomia, repercussão internacional dos cursos da Aula da Esfera, etc.); Henrique Leitão (astronomia dos jesuítas, divulgação das notícias de Galileu, Aula da Esfera, etc.), Bernardo Mota (a sua tese, sobre o estatuto da matemática entre os jesuítas portugueses, ganhou o prémio internacional do melhor doutoramento em história da ciência em 2009); Noel Golvers (sobre bibliotecas científicas dos jesuítas portugueses); Luís Tirapicos (telescópios e observações astronómicas dos jesuítas); André Ferrand de Almeida (missões cartográficas e astronómicas dos jesuítas no Brasil); Samuel Gessner (instrumentos científicos jesuítas, a Aula da Esfera como porta de entrada da tradição instrumental inglesa em Portugal, introdução dos logaritmos em Portugal pelos jesuítas, etc.); António Canas, J. M. Malhão Pereira (papel central da Aula da Esfera no desenvolvimento da náutica em Portugal; introdução da projecção de Mercator no nosso país pelos jesuítas), para referir apenas alguns, de entre muitos, autores de dezenas de estudos publicados nos últimos anos, em Portugal e no estrangeiro, sobre as actividades científicas dos jesuítas portugueses. Nos últimos anos publicaram-se, em Portugal e no estrangeiro, dezenas e dezenas de estudos sobre as actividades científicas dos jesuítas portugueses.

O mais interessante é que, quer a argumentação de Saraiva, quer este enorme e crescente *corpus* de conhecimento, não invalidam uma linha – pelo contrário, fundamentam e reforçam – do que sobre o assunto se afirma no ensaio: a destruição desta excepcional rede de ensino e de prática científica foi ruínosa para o desenvolvimento da ciência em Portugal. O que nos conduz directamente ao ponto seguinte.

4.2 Sobre o Marquês de Pombal

O autor da destruição da imponente tradição educativa dos jesuítas foi o Marquês de Pombal. Como é evidente, a figura de Pombal (e a sua relação com a Companhia de Jesus) é complexa demais para a breve atenção que lhe dediquei no meu ensaio. Circunscrevi-me à acção desastrosa de Pombal no que diz respeito à educação e, por consequência, ao desenvolvimento científico. É a tese central. Saraiva não concorda comigo e acusa-me de ignorância. Ele acha “inquestionável o avanço global que ela [reforma pombalina da Universidade] implicou para o conhecimento e ensino matemático na Universidade”. Contudo, não se encontra, uma vez mais, qualquer fundamentação substantiva para tal afirmação. Trata-se de uma mera opinião – contrariada, na realidade, pelos dados quantitativos mais recentes.

Quem analise cuidadosamente as estatísticas globais sobre a Reforma

Pombalina da Universidade verifica que, por detrás dos decretos modernizadores e das boas intenções, está uma catástrofe sem paralelo na História da Universidade no nosso país. Taveira da Fonseca, o mais importante especialista da História da Universidade de Coimbra, mostra, no seu artigo *The social and cultural roles of the University of Coimbra: some considerations* [6] que a Reforma de 1772 fez colapsar o número de alunos para valores inferiores aos do século XVI. É estarrecedora a evolução do número médio anual de alunos na Universidade de Coimbra. Entre 1724 e 1771 foi de 2827; ao longo do quase meio século entre 1772 e 1820 foi de 451. A este espantoso colapso deve ainda adicionar-se o encerramento da Universidade de Évora, que em 1759 tinha entre 500 e 1000 alunos.

Não são opiniões. São números dos quais se não pode fugir com retórica. E diante dos quais se mostra incompreensível a insistência de Saraiva em que uma reforma do sistema universitário que correspondeu a uma redução de mais de 80% do universo de estudantes universitários deva ser considerada um progresso na história educativa do nosso país.

Rómulo de Carvalho nunca analisou os números da Reforma Pombalina. Se o tivesse feito, decerto seria ainda mais crítico sobre ela do que o foi, ao escrever em 1986 ([4], pg. 466): “Contudo, a monumentalidade da obra tinha muito de encenação, e pouco proveito se poderia, logo de início, augurar-lhe pondo em confronto estas duas realidades: por um lado a reforma de uma universidade que pretendia provocar, por sua vez, uma outra reforma, a da mentalidade dos portugueses, dando novo rumo à vida nacional; por outro lado, uma obstrução completa de todo o desanuiamento mental do povo português a toda a circulação de ideias, a toda a informação actualizada, com a montagem de uma repressão estatal cuja violência asfixiante não tem paralelo na nossa história”.

4.3 Sobre António Aniceto Monteiro

É a parte mais fraca de toda a crítica de Saraiva, sendo significativo que coincida com os pontos em que a argumentação se torna irremediavelmente dominada pelas suas próprias convicções, abandonando de vez qualquer pretensão de rigor e objectividade históricos.

Aniceto Monteiro regressou a Portugal em 1936, terminado o seu Doutoramento em Paris. Nos anos seguintes realizou um notável trabalho de estruturação do sistema científico português. Homem de enorme verticalidade ética e moral sem qualquer simpatia pelo regime, não existe contudo qualquer registo histórico de envolvimento em actividades políticas *stricto sensu*. Por outro lado, Monteiro advogava um *ethos* de investigação cien-

tífica e meritocracia então revolucionário, que o tornou *persona non grata* para os sectores mais reaccionários da Academia. Transcrevo na quase totalidade o artigo da secção “Movimento Matemático” (Gazeta de Matemática, 1942 [8]), só muito limitadamente reproduzido por Saraiva:

“...o nosso país anda longe das correntes vitais do pensamento matemático moderno; (...) o nosso ensino das ciências matemáticas necessita de uma remodelação completa: remodelação dos programas de estudo, da organização da licenciatura em Ciências Matemáticas, da preparação dos professores do Ensino Secundário, das provas de Doutoramento e dos métodos de recrutamento de pessoal docente universitário.

(...) não devemos ter ilusões de espécie alguma sobre as dificuldades que nos esperam. Há que contar – isto é de todos os tempos! – com um recrudescimento da hostilidade, da ignorância e da má fé; da hostilidade daqueles para quem a estagnação ou a decadência da nossa cultura matemática é a condição necessária para a realização de objectivos que nada têm que ver com as ciências matemáticas, daqueles que tremem perante a ideia da existência de uma juventude estudiosa consagrando inteiramente a sua vida e o seu entusiasmo a uma causa pela qual eles nunca lutaram – porque o esforço, a diligência no estudo revelam de uma maneira evidente os erros do passado e as deficiências do presente –, da má fé daqueles que apregoam um interesse e um entusiasmo pelo desenvolvimento da cultura matemática que são desmentidos categoricamente pela sua actuação presente, da má fé daqueles que consideram como revelações de inteligência e da capacidade a adoração da rotina que o uso consagrou e de que eles são por vezes os mais legítimos representantes; há que contar ainda com a ignorância (e que enciclopédica ignorância!) daqueles que afirmam que o nosso país está perfeitissimamente ao corrente do movimento matemático moderno, que o nível dos nossos estudos matemáticos se pode pôr a par do dos países mais avançados, e finalmente, há que contar com a indiferença (que estranha e cómoda indiferença!) daqueles que dizem que no nosso país não há nada a fazer, que os portugueses são incapazes de realizar um esforço persistente e continuado e que, portanto, são incapazes de contribuir para o progresso das ciências matemáticas”.

Não é necessária grande perspicácia para compreender o alvo de Monteiro neste texto. A ignorância “daqueles que afirmam que o nosso país está perfeitissimamente ao corrente do movimento matemático moderno, que o nível dos nossos estudos matemáticos se pode pôr a par do dos países

mais avançados” refere-se aos sectores mais anquilosados da Academia. É simplesmente absurdo imaginar que, quando Monteiro critica aqueles que apreçoaram “um interesse e um entusiasmo pelo desenvolvimento da cultura matemática que são desmentidos categoricamente pela sua actuação presente” se esteja a referir à PIDE ou ao aparelho repressivo do Estado. Em contexto é claríssimo quem visa Monteiro quando alude aos “que tremem perante a ideia da existência de uma juventude estudiosa consagrando inteiramente a sua vida e o seu entusiasmo a uma causa pela qual eles nunca lutaram”. Monteiro fala de Matemática e dos jovens brilhantes, como ele, que vêm a sua ascensão meritocrática travada por incompetentes que lhes estão acima na hierarquia. Como ele próprio afirma, “isto é de todos os tempos”. O texto de Monteiro é sobre Matemática e matemáticos, não sobre política e políticos.

Qual a posição de Saraiva? Pede-nos que abandonemos o registo documental, substituindo-o por uma efabulação acrítica e ideologicamente motivada. E que, com base nesta, admitamos que a inexistência de registos na PIDE sobre Monteiro anteriores a 1967 se deva a um hoje inexistente e desconhecido processo anterior, hipoteticamente arquivado, talvez destruído ou mesmo perdido. Ou que tal ausência se deva ao facto de “por vezes a acção da PIDE não ser documentada”. E enfileira uma série de considerações cujo indisfarçável pendor ideológico retira ao seu discurso qualquer traço de objectividade, pedindo-nos que reinterpretemos o artigo de Monteiro de forma enviesada: “Como em qualquer ditadura, para se poder escrever algo que não agradaria [*sic*] ao regime, era preciso usar subterfúgios. Não seria possível criticar abertamente o regime (...) Esta foi uma prática utilizada aprendida pela oposição portuguesa ao longo de décadas (...) a ideia de uma juventude que pensasse pela sua própria cabeça, que lutasse por uma causa pela qual eles (sem nunca os nomear explicitamente) nunca lutaram, que não aceitasse a as rotinas dos guardiães da ordem (...) Não há dúvida que [*sic*] os garantes do regime deveriam tremer perante a hipótese colocada por Monteiro: poderia ser o princípio do fim da ditadura” (sublinhados de Saraiva). Segundo Saraiva, portanto, a evocação por Monteiro de “*uma juventude estudiosa consagrando inteiramente a sua vida e o seu entusiasmo a uma causa pela qual eles nunca lutaram*” (itálico meu) é um apelo velado contra os “garantes do regime”, os “guardiães da ordem” ou um apelo ao “princípio do fim da ditadura”.

Será isto uma leitura séria e rigorosa de um documento histórico ou, antes, uma profissão de fé? Deixo ao leitor a liberdade de retirar as suas

próprias conclusões. Para o autor destas linhas resulta claro que nesta matéria as convicções ideológicas de Saraiva interferem decisivamente com a sua capacidade de análise objectiva de um texto – ou, pior ainda, que Saraiva não tem pruridos em o truncar, manipular e revestir da retórica adequada até que o mesmo se ajuste àquelas. Em qualquer dos casos abandona-se definitivamente o terreno da análise do registo histórico e documental. Os seus sublinhados revelam que, não se conseguindo libertar dos seus próprios preconceitos ideológicos, fornece para um texto cristalino uma interpretação fantasiosa e enviesada.

Na verdade, um período histórico complexo não se compadece com leituras simplistas e lineares dos acontecimentos. É bastante revelador, a este propósito, considerar os acontecimentos subsequentes. No ano seguinte à escrita deste artigo, em 1943, Monteiro decide deixar Portugal e aceitar um convite para leccionar na Universidade do Rio de Janeiro. Após uma espera angustiante de 15 meses, passados parcialmente no Porto, embarca por fim em 1945. Acabaria por ver o seu contrato não renovado em 1949 e mudar-se para Bahia Blanca, na Argentina. Eis o que sobre estes períodos António Passos Videira refere [7], num artigo que Saraiva qualifica como “exemplar” [1] no rigor da investigação histórica:

“Sem o saber, o matemático português começava a conviver com as “particularidades” da burocracia brasileira. (...) Haveria, já na altura da saída de Monteiro, alguma dificuldade de ordem política? Não fui capaz de, pesquisando em arquivos localizados na cidade do Rio de Janeiro, encontrar algo nesse sentido. Até onde sou capaz de perceber, as dificuldades encontradas por Monteiro originaram-se particularmente no interior da própria Universidade do Brasil, seu futuro local de trabalho”.

Não há pois registos históricos, em Portugal ou no Brasil, de perseguições políticas que tenham quer motivado quer dificultado o seu exílio em 1945. Continuando a citar Videira, em 1949, aquando da não renovação do seu contrato, Monteiro escreveu:

“Não consegui esclarecer ainda a origem de toda esta intriga. O mais provável é que algum “colega” do Departamento de Matemática, incomodado com os resultados da minha actuação científica, que tem levantado uma certa diferenciação de valores, intrigasse as autoridades sob o ponto de vista político e a partir daí inimigos de toda a natureza”.

E finaliza Videira: “Ao longo dos quase cinco anos em que viveu e trabalhou no Brasil, Monteiro enfrentou muitas dificuldades, algumas semelhantes às aquelas vividas no seu país natal”. Afirmam pois explicitamente Monteiro e Videira que foram invejas e intrigas académicas de “colegas” – e não o envolvimento político – que conduziram à sua queda em desgraça no Brasil. Videira descreve estas dificuldades como “semelhantes às aquelas vividas no seu país natal”. É claro que a promiscuidade entre o poder político e os pequenos poderes académicos, característico dos regimes autoritários, terá catalisado os sucessivos exílios de Monteiro. Mas nem em Portugal nem no Brasil há registo de ele se ter envolvido em actividades políticas nem ser essa a causa da hostilidade que em ambos os casos sentiu. Pelo contrário, a convergência da evidência documental é clara: foram “intrigas” académicas e científicas de “colegas” que culminaram na ostracização de Monteiro.

A visão moderna de Videira, documentalmente suportada e baseada em investigação histórica rigorosa, contraria frontalmente versões populares destes acontecimentos: “(...) Monteiro vê-se obrigado a seguir para o Brasil em 1945. Mas nem aí se livrou do poder do estado português que conseguiu, através da Embaixada de Portugal no Brasil, pressionar o Reitor da Universidade do Brasil para evitar a renovação do seu contrato” [9]; “Em 1949, a história repete-se: é o exílio dentro do exílio. Devido a pressões exercidas pela embaixada de Portugal no Rio, o contrato académico de Monteiro não é renovado” [10]. Se não é difícil imaginar como estas afirmações fantasiosas se podem ter originado há algumas décadas, mais difícil é compreender como podem ainda hoje ser acriticamente repetidas contra toda a evidência histórica entretanto acumulada.

Façamos aqui um paralelo com as expulsões académicas de 1947, frequentemente tratadas na literatura lado a lado, em termos de causalidade, com o exílio de Monteiro (que então já se encontrava no Brasil). Nessa altura foram expulsos das Universidades portuguesas cerca de duas dezenas de académicos, entre as quais seis matemáticos e seis físicos. A leitura convencional destes acontecimentos é que se tratou de um acto repressivo do regime salazarista com motivações de pura perseguição política. A História não se compadece, contudo, com visões simplistas e redutoras de acontecimentos que têm frequentemente uma multiplicidade de razões. O distanciamento e a investigação históricas têm revelado que o episódio das expulsões de 1947 é bem mais complexo do que se pensava.

A historiadora das Ciências Ana Isabel Simões descreve [11] o caso de Flávio Resende, catedrático de Botânica na Faculdade de Ciências de Lis-

boa. Resende nunca tivera actividade política, mas sempre fora um dinamizador activo dos valores da investigação científica e da profissionalização da actividade científica. Vítima das expulsões de 1947, seria reintegrado, após recurso, na Faculdade de Ciências de Lisboa no ano seguinte. Este caso é incompatível com a interpretação das expulsões como acto de pura perseguição política pelo regime, e seria suficiente para a questionar.

No caso da Física, dados recentemente evidenciados por Ana Isabel Simões obrigam a “reinterpretar os acontecimentos que conduziram às expulsões de 1947 de alguns membros da Faculdade de Ciências de Lisboa. Não foram razões exclusivamente políticas, como veiculado na interpretação historiográfica tradicional, mas também questões de política científica; não foram só acontecimentos exteriores à academia, mas principalmente debates no interior da própria academia, que espoletaram o processo que conduziu à decisão governamental. Tudo leva a crer que questões políticas tenham fornecido à academia um alibi para resolver os seus próprios problemas internos, naturalmente apoiada pelo governo” [11].

A imagem que começa a emergir dos acontecimentos de 1947 é assim a de um ajuste de contas académico, em que os elementos mais instalados na Academia aproveitaram para afastar os elementos cientificamente mais modernizadores, que pretendiam estabelecer um *ethos* de investigação científica e meritocracia que ameaçava substituir o imobilismo reinante.

É, evidentemente, bem possível (dir-se-ia mesmo provável) que a promiscuidade entre os poderes académico e político tenha facilitado estes processos. Mas encarar os acontecimentos de 1947 como simples perseguição política pelo regime parece cada vez mais uma interpretação ingénua.

Está ainda por realizar um estudo correspondente para a Matemática. Não deixam contudo de ser eloquentes as semelhanças dos acontecimentos de 1947 com o processo vivido individualmente por Monteiro anos antes. É muito natural que uma análise histórica desapaixionada deste período conclua por semelhanças nos processos, revelando ter sido determinante para o afastamento da vida académica portuguesa, em 1943 de Monteiro como em 1947 da restante Geração de 40, a sua intransigente defesa de um novo perfil de exigência profissional e de investigação científica e as subsequentes intrigas académicas.

5 Conclusão

Afirmo no meu ensaio que “está ainda por escrever uma História da Matemática em Portugal para o século XXI. Quando tal acontecer, teremos sem dúvida uma imagem bem diferente da que é fornecida pela “narrativa convencional” – e sem dúvida muito mais fundamentada”. A presente polémica revela que, mais do que uma possibilidade, se trata de uma crescente necessidade. Tal missão virá necessariamente a ser realizada por uma geração de historiadores de ciência posterior a Luís Saraiva. Em particular, no que respeita à análise dos acontecimentos da década de 1940, ela disporá do indispensável distanciamento histórico e emocional e, como tal, de maiores objectividade e sentido crítico. Essa geração existe já hoje: está em formação e crescimento uma escola que publica internacionalmente e as suas contribuições, a partir das fontes, obrigam-nos a repensar muito do que era dado acriticamente como certo. Muito de bom temos a esperar dela no futuro.

Referências

- [1] Saraiva, Luís, *O rigor na investigação em História da Matemática – Reflexões suscitadas pela leitura do livro “Matemática em Portugal: uma questão de Educação” de Jorge Buescu*. Boletim da SPM **67** (2012), 185–200.
- [2] Buescu, J., *Matemática em Portugal: uma questão de Educação*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2012.
- [3] Silva, J. Carvalho e (ed.), *Antologia de textos essenciais sobre a História da Matemática em Portugal*. SPM, 2000.
- [4] Carvalho, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal*. Fundação Calouste Gulbenkian, 1986 (4^a ed. 2008).
- [5] Fitas, Augusto J. S., *As relações entre António Aniceto Monteiro e a JEN*. Boletim da SPM, Número Especial (2008). Actas do Colóquio sobre António Aniceto Monteiro, 89-127. Ed. convidado Luís Saraiva.
- [6] Fonseca, F. Taveira da, *The social and cultural roles of the University of Coimbra (1537–1820): some considerations*. E-JPH, 5, 1 (2007), 1-21.

-
- [7] Videira, António Augusto Passos, *António Monteiro no Brasil (1945–1949)*. Boletim da SPM, Número Especial (2008). Actas do Colóquio sobre António Aniceto Monteiro, 183-211. Ed. convidado Luís Saraiva.
- [8] Monteiro, A. A., *Movimento Matemático*. Gazeta da Matemática, 10 (1942), 25-26.
- [9] Grupo de Deputados municipais do PCP, *Centenário do matemático António Aniceto Monteiro*. DORL do PCP, 13 de Abril de 2007. <http://www.dorl.pcp.pt/index.php/arq-not/47-lisboa/1103-centenario-do-nascimento-do-matemtico-antnio-aniceto-monteiro>.
- [10] Ana Gerschenfeld, *António Aniceto Monteiro: o matemático que olhava Portugal de longe*. Público, 30 de Maio de 2007. <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/antonio-aniceto-monteiro-o-matematico-que-olhava-lisboa-de-longe-1295461>
- [11] Simões, A. I., *O ano 1947 e o Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa*. Gazeta de Física 34, 2 (2011), 16-20. <http://www.gazetadefisica.spf.pt/>

